

Pegando o touro pelos chifres. Os efeitos de medidas de controle na indústria brasileira de armas pequenas^[*]

*Pablo Dreyfus
Júlio Cesar Purcena*

Introdução

O Brasil enfrenta um dilema no que concerne à produção e ao comércio de armas pequenas e munição. Por um lado, exportações de 199 milhões de dólares em 2007 o colocam como segundo exportador das Américas (EUA, em primeiro) e potencialmente um dos grandes produtores de armas leve e munição (Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008). Dos fabricantes brasileiros, a Forjas Taurus ou Taurus e a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) consolidaram nichos de mercado nos Estados Unidos, América Latina e Europa. Ao mesmo tempo, o armamento leve militar produzido pela Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) –uma empresa estatal– tem sido fornecido para as Forças Armadas de diversos países da América Latina (Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008). Por outro lado, de acordo com dados do Ministério da Saúde, o número de óbitos causados por armas de fogo (suicídios, homicídios e acidentes) vitimou, em 2003, 39.325 pessoas, felizmente, esse número reduziu para 34.648 em 2006. Entretanto, essa (Ministério da Saúde Brasileiro, 2007). Em termos absolutos esse número é mais alto do que o de outros países os quais também enfrentam violência relacionada a armas de fogo, como a Colômbia, a Venezuela, El Salvador, a África do Sul e os Estados Unidos. (Bandeira e Bourgois, 2006:16-17).

O risco de morrer de ferimentos causados por armas de fogo no Brasil é 2,6 vezes maior do que em qualquer outro país, e a maioria dessas mortes (90%) é por homicídio. Suicídios figuram 3,6%; 5,6% correspondem a mortes sem intenção conhecida; e 0,8% são acidentes. No Brasil, 70% de homicídios são perpetrados utilizando armas de fogo (Ministério da Saúde Brasileiro, 2008b). Em 1982, as taxas de mortes relacionadas a armas de fogo eram de 7,2 por 100 mil habitantes, e em 2002 essa taxa havia aumentado para 21,8 mortes por 100 mil habitantes. Esse aumento foi ininterrupto e estável durante um período de 21 anos. O custo da

assistência médica em um hospital com ferimentos causados por armas de fogo ficou entre 36.129.756 e 38.926.899 dólares em 2002 (Phebo, 2005).

Violência envolvendo armas de fogo é ainda relacionada com altas taxas de crime, e é estimulado pelo tráfico de drogas o qual, por sua vez, tem suas raízes em uma situação geral de profunda desigualdade na sociedade – e áreas urbanas de tamanho médio e altamente populosas. A violência pode ser relacionada à má utilização das armas de fogo por seus legítimos portadores. A região Centro-Oeste do país está passando por um período de expansão de suas fronteiras agrícolas, as quais se aproximam de fronteiras com países produtores de drogas ilegais. Nos últimos 20 anos, nessa região, a taxa de mortalidade derivada de incidentes com armas de fogo aumentou em 57%. Na região Sudeste, onde há megalópoles (principalmente, nas capitais dos estados e as áreas que as circundam) as taxas aumentaram em 54,1% durante o mesmo período, impactadas seriamente pelos problemas do narcotráfico (Phebo, 2005). A violência proveniente do uso de armas de fogo, no Brasil, é, em grande parte, um problema urbano. As taxas de mortalidade mais altas como consequência de incidentes por armas de fogo estão concentradas, em média, em cidades com 100 mil habitantes, as quais passaram por um processo rápido e desorganizado de urbanização e de crescimento. (Small Arms Survey, 2007:233-236).

Os números sobre posse de armas de fogo no Brasil, explicam, então em parte, o problema da violência no país. De acordo com nossa pesquisa nacional, a única conduzida na questão, estimamos que há mais de 17 milhões de armas de fogo circulando no Brasil. Desse total, 90% delas (15.257.808) estão nas mãos de civis, e 10% (1.753.133) estão sob a posse do Estado (Forças Armadas e as polícias). Armas de fogo ilegais representam 50% (8.492.058) do montante total. Desse montante, 54% pertencem ao mercado informal (4.635,058), o que significa armas não-registradas nas mãos de supostos “cidadãos de bem”, e 46% estão nas mãos de criminosos (Dreyfus e de Sousa Nascimento, 2005, pp. 160-161). Armas pequenas produzidas no Brasil –especialmente pistolas– e armas automáticas de tipo não-militar são contrabandeadas para o Brasil, configuram a maioria das armas utilizadas em atividades criminosas.

No estado brasileiro do Rio de Janeiro (taxa de homicídios por arma de fogo homicídio PAF– de 43,3 para cada cem mil habitantes em 2005), a polícia estadual apreendeu em situação ilegal 78 mil armas pequenas entre 1998 e 2004, isto é, uma média de 13 mil armas por ano. A Polícia Civil do estado de São Paulo (taxa de homicídios PAF de 16,3 para cada cem mil habitantes em 2005) informa, entre 2003 e 2006, a apreensão de 43.266 armas pequenas, ou uma média de 10.816 armas apreendidas por ano; e a polícia do Distrito Federal (Brasília) (taxa de homicídios PAF de 20,6 para cada cem mil habitantes em 2005) apreendeu 8.725 armas pequenas entre 2003 e 2006, numa média de 2.181 armas pequenas por ano. Nos três casos, existe um claro predomínio de armas curtas de produção brasileira entre as armas apreendidas. (Câmara dos Deputados, 2006:338-340)^[1]. Isso vai de encontro com o que outrora foi o pensamento tradicional, em parte propagandeado pela indústria de armas pequenas, que os criminosos utilizam armas pequenas do

tipo militar estrangeiras para cometer crimes enquanto cidadãos de bem utilizam armas de fogo brasileiras registradas para sua legítima defesa.

A própria indústria brasileira de armas pequenas produz uma boa parte das armas que são responsáveis pelos índices astronômicos de violência armada do país. Como isso foi possível? Por causa de falhas no intercâmbio de informação entre agências de controle de armas pequenas e nos mecanismos de registro a indústria cresceu -como o touro selvagem, que pode ser representado pelo logo das Forjas Taurus- praticamente sem regulação dos anos 60 até fins da década de 90, quando a primeira lei federal abrangente de controle de armas foi aprovada.

*H*istoricamente, não houve um controle eficaz de armas pequenas no Brasil. A primeira regulação nacional no que tange a armas pequenas (um decreto do Ministro do Exército) foi elaborada em 1934 (com diretrizes regulatórias adotadas em 1936). Apesar de ter organizado e regulado a produção e o comércio exterior, o decreto não tratava diretamente de vendas domésticas ou registro de armas pequenas. Ele dava diretrizes vagas para o Ministério do Exército estabelecer arranjos concernentes ao registro com autoridades do governo dos estados. A compra e a utilização das armas de fogo por civis permaneceram desreguladas até 1980, quando o então Ministério do Exército aprovou uma regulamentação que estabelecia o número e a espécie de armas que civis com mais de 20 anos poderiam comprar e a elas estabeleceu um registro obrigatório. Todavia, armas pequenas foram registradas somente com a Polícia Civil de cada estado, sem nenhuma instituição nacional com autoridade para centralizar os dados das armas de fogo e de seus donos. Mesmo assim, isso foi um avanço em contrapartida com o momento anterior em que o registro de armas era opcional. A situação, somada a uma falta histórica de cooperação policial horizontal (dos estados entre si) e vertical (estado e governo federal), tornou o rastreamento do movimento de armas pequenas importadas e produzidas impossível.

O aumento da violência elevou a questão do controle de armas ao topo da agenda de políticas públicas a qual foi, por sua vez, influenciada pela opinião pública e pelas ações de uma sociedade civil ativa e mobilizada. Durante o fim da década de 90 e no início da atual, uma série de mudanças jurídicas e de medidas políticas aumentou a regulação da indústria de armas pequenas abordando tópicos tais como controle do fluxo de informação na produção e no comércio; critérios para venda e uso de armas pequenas e munição; regulamentação para marcação; quantidades permitidas e exportação para países de risco.

O objetivo desse artigo é analisar quais são as principais características da indústria brasileira de armas pequenas assim como as principais medidas de controle adotadas nos últimos 10 anos e, então, observar como essas medidas de controle compeliram a indústria a adotar um comportamento mais responsável no que tange a exportações e, em alguns casos, redirecionar parte da sua produção para outras áreas, como maquinário industrial e equipamento de proteção e segurança.

Indústria de armas pequenas do Brasil

Produção

O Brasil é o maior produtor de armas pequenas da América Latina e o segundo maior das Américas, considerando volume de exportação (Em La Mira, 2008; Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008). Isso coloca o país entre os maiores produtores do mundo (Small Arms Survey, 2006). Atualmente esse complexo industrial é formado por empresas privadas e estatais, entre elas: Taurus, CBC, IMBEL, Amadeo Rossi e E.R. Amantino. Em 2005, esses fabricantes produziram um volume de 158,8 milhões de dólares, os quais 69% eram destinados à exportação (Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008).

Embora ressaltemos alguns valores da indústria brasileira, não é uma tarefa fácil encontrar dados primários sobre esse segmento industrial. A dificuldade de encontrar esses dados ou mesmo trabalhar com fontes confiáveis é bastante elevada, o que já foi amplamente debatido em outros trabalhos (Frank-Jones, 1992; Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008; Small Arms Survey, 2006; Dreyfus e Purcena, 2006). Algumas das razões para essa dificuldade é a alegação de confidencialidade das informações devido a questões de segurança nacional. Um exemplo dessa situação são exportações de pistolas, revólveres e cartuchos à bala do Brasil que inexistem ou são subestimadas (Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008; Small Arms Survey, 2007; Dreyfus e Purcena, 2007, En La Mira, 2008).

Ainda sobre a indústria brasileira de defesa, em geral, armas convencionais pesadas recebem mais atenção dos estudiosos, desconsiderando a importância da indústria de armas pequenas e principalmente o impacto da letalidade das armas de fogo em situações de violência armada urbana. Entretanto, cabe ressaltar que a carência de explicações teóricas não se restringe ao Brasil (Brauer, 2007).

Apesar das limitações apontadas, existem importantes trabalhos sobre a situação da indústria brasileira de defesa (Franko-Jones, 1992; Proença Junior, 1993; Maldifassi e Abetti, 1994; Schwan-Baird, 1997). Esses trabalhos geralmente partem de uma abordagem da teoria política sobre a indústria bélica pesada, e apontam os desafios e obstáculos enfrentados por essa indústria no século passado; além de fazerem uma ampla descrição do campo. Recentemente, o periódico *Strategic Evaluation* (2007) teve uma iniciativa de significativa importância ao dedicar seu primeiro número para a indústria brasileira de defesa, revelando os desafios para o próximo milênio, assim como, demonstrando a relevância da indústria brasileira no cenário mundial. Para entender essa indústria é importante revelar os principais fabricantes. Sendo assim, apresentaremos brevemente cada empresa e o espaço por ela ocupado na economia brasileira.

Principais fabricantes

Forjas Taurus (Taurus) é uma grande produtora de revólveres. Foi fundada em Porto Alegre em 1937 como uma fabricante de ferramentas. No início dos anos 70, a maioria das ações da companhia foram vendidas para Smith & Wesson, S&W. Porém, em 1977, a empresa brasileira POLIMETAL retomou o controle acionário, assim, “re-nacionalizando” a empresa e adquirindo todo o know-how que havia sido transferido durante a gestão da S&W (Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008).

A Taurus continuou a se expandir, em 1980, comprando a subsidiária brasileira da Beretta. Com essa compra a Taurus incorporou mais maquinário e tecnologia, dando início a produção de pistolas licenciadas da Beretta (Model 92) e submetralhadoras 9 mm (M-12). Ambas as aquisições foram fundamentais para acumular a capacidade de produção e know-how dos quais a Taurus, hoje, desfruta (Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008).

A Taurus se tornou um nome internacionalmente reconhecido, particularmente nos Estados Unidos. A Forjas Taurus detêm Taurus Holding, que controla a Taurus International Manufacturing Inc. (TIMI), a subsidiária americana. Inaugurada em 1983, a TIMI ajudou a Taurus a consolidar sua posição no lucrativo mercado de armas americano. Em 1997, a Taurus comprou da Rossi as patentes, os modelos e os direitos de produção para suas armas curtas, o que a tornou a única fornecedora brasileira de pistolas e de revólveres para civis. Recentemente, a Taurus comprou ativos industriais da Rossi dedicado à produção de armas longas e temporariamente o licenciamento da marca Rossi. Segundo a Taurus, essa operação não significa compra definitiva da Rossi, já que a operação perdurará até 2020, ainda o valor da negociação ficou em BRL 12 milhões^[2]. Ainda sobre a Forjas Taurus, a empresa tem uma parceria estratégica com a estatal chilena Fábricas y Maestranzas del Ejército (FAMAE) para produzir as submetralhadoras MT-40 .40 e a carabina .40 (CT40) no Brasil com partes do Brasil e do Chile (Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008).

Depois do breve histórico da empresa, em linhas esses são os números mais significativos da Taurus, em 2006, teve um faturamento líquido de BRL 175,5 milhões e lucrou BRL 32,5 milhões de reais. (faturamento líquido de USD 80,5 milhões e lucros de USD 14,9 milhões de dólares). Em 2007, eles aumentaram ainda mais, pois a empresa teve um faturou BRL 236,4 milhões e o lucrou BRL 48,8 milhões (USD 80,5 milhões e USD 121,2 milhões, respectivamente); isso representou um crescimento de 35% nas vendas e 50% nos lucros. (CVM, 2007a).

Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) é a única fabricante brasileira de munição para o mercado civil. Fundada em 1926 como Fábrica Nacional de Cartuchos e Munições Ltda., a empresa foi vendida em 1936 para a Remington Arms Company e para as Imperial Chemical Industries, o que trouxe nova tecnologia e capacidade de produção para a companhia. Com sua posição de fabricante de cartuchos consolidada, em 1960 começou a fabricar uma pequena linha de armas longas, a qual ela começou a exportar em 1966. A companhia foi re-

nacionalizada em 1980 com apoio do BNDES e da IMBEL e, em 1988, se tornou uma empresa de capital aberto (CVM, 2006b).

Em 2006 a empresa divulgou um faturamento líquido de BEL 238,8 milhões e lucros de BRL 14,6 milhões (faturamento USD 109,6 milhões e lucros de USD 6,7 milhões). Exportações foram a principal fonte dos rendimentos para a companhia e a produção de cartuchos representou 71% do faturamento. (CVM, 2006b). Em 2007, ela decidiu se retirar do mercado de capital aberto^[3].

A IMBEL é única empresa pública do setor, criada oficialmente em 1975, contudo, passou a operar em 1977 após a fusão de algumas fábricas militares surgidas no império e principalmente na Era Vargas. A empresa fabrica de armamentos até materiais de comunicações. A planta industrial dedicada a produzir armas de fogo está localizada em Itajubá, estado de Minas Gerais cuja construção remonta o ano de 1934 (Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008). Em 1985, a IMBEL estabeleceu uma parceria com a Springfield Armory (EUA) para o fornecimento de mais de 200 variações da pistola Colt .45 no mercado civil americano. Em 1998, as pistolas .45 da IMBEL foi adotado como a arma sobressalente oficial da equipe de resgate de reféns do FBI, fornecidas pela Springfield Armory. Atualmente, 65% da receita da fábrica de Itajubá é proveniente da venda de rifles e pistolas (Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008).

Até 2004, 30% das ações da CBC eram da IMBEL. E ela formou uma joint venture – South American Ordnance – com a “Royal Ordnance PLC.” (RO), uma subsidiária do “British Aerospace Defence Group”, e Schahin Participações, uma empresa brasileira. Além de fornecer munição de artilharia militar pesada para a Royal Ordnance, a empresa distribui os outros produtos pelo mundo, incluindo as armas pequenas, armamento leve, e munição^[4]. As armas pequenas da IMBEL são utilizadas pelo Exército Brasileiro além ter sido exportadas para forças armadas de outros países da América do Sul (Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008).

Em 2006, a companhia teve faturamento líquido de BRL 75 milhões e lucros líquidos de BRL 1,9 milhões (USD 34,5 milhões e USD 0,9 milhões, respectivamente); entretanto, em 2007, o faturamento da empresa caiu para BRL 57,9 milhões e mais uma perda de BRL 30,3 milhões (faturamento líquido de USD 29,6 milhões e lucros líquidos de USD 15,5 milhões) (IMBEL, 2008). Portanto, os rendimentos da empresa diminuíram em 23% enquanto o lucro da empresa caiu abruptamente -1,669%.

Amadeo Rossi (Rossi) em 1997, quando vendeu sua produção de armas curtas para a Taurus, embora tenha continuado a produzir espingardas e rifles, os quais configuraram 70% de suas vendas totais. Conforme mencionado anteriormente, a empresa fez uma negociação com, outrora, sua principal concorrente. No último ano que prestou informações ao mercado, 2001, já que era uma empresa de negociação na BOVESPA, a exemplo da Taurus e CBC; companhia teve um prejuízo de BRL 21 milhões em 2001^[5]. Naquele ano, a Rossi exportou 77,3% da sua produção; 50% da sua produção foi transferida para Braztech Inc., sua distribuidora no mercado norte-americano (CVM, 2002b).

E. R. Amantino & Cia. (Armas Boito) é o produtor da linha Boito de espingardas de caça, muito populares no estado natal da fabricante, o Rio Grande do Sul. A companhia fabrica os seguintes modelos: A-680, A-681, Era 2001, Miura I, Miura II, Pump BSA-5T-84, Reúna, e a espingarda Pistola B-300^[6].

Produção e vendas

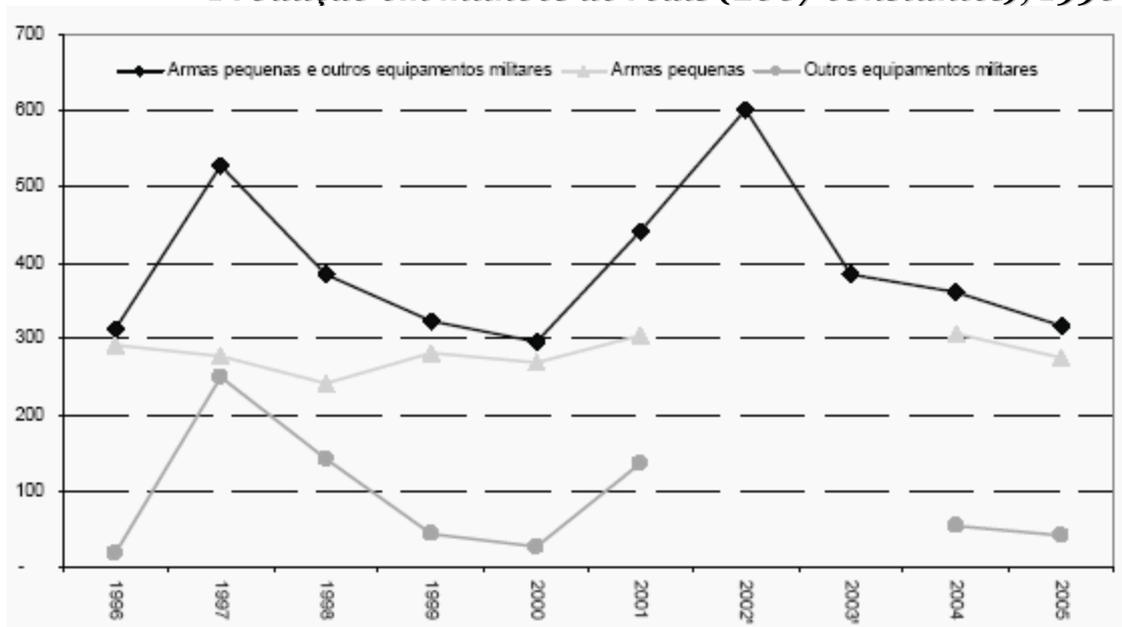
Uma vez conhecidos os atores que constituem a indústria de armas pequena no Brasil, podemos tratar especificamente o quanto produziu e vendeu o país em termos de valores. Baseado nos dados coletados pelo Instituto Brasileira de Geografia e Estatística (IBGE), usamos a Pesquisa Industrial Anual – Empresa (PIA-Empresa), pois estão em consonância com classificações internacionais. Desse modo, pelo menos em tese, é possível comparar a indústria brasileira com estrangeiras. Isso poderia ocorrer porque nesse trabalho os dados estão baseados na versão Classificação Nacional de Atividades Econômicas –CNAE 1.0, (IBGE, 2007)^[7]. Com isso, a classe 29.71 (armas de fogo e munições) compreende: a fabricação de armas de fogo (revólveres e pistolas, fuzis automáticos ou não, metralhadoras leves (portáteis), espingardas, carabinas e rifles para caça e esporte e semelhantes); a fabricação de munições para armas de fogo, inclusive para caça e esporte. Isto é: armas pequenas. A classe 29.72 (equipamento bélico pesado) compreende: a fabricação de equipamento bélico pesado (metralhadoras pesadas, armas e elementos de artilharia, canhões navais, aéreos, lança-bombas, foguetes, tanques e carros de combate, inclusive anfíbios e similares); a fabricação, carregamento e montagem de munições para equipamento bélico pesado (inclusive a produção de bombas, torpedos, minas, granadas, cargas de profundidade, foguete-bazuca e outros similares); a fabricação de material bélico e equipamentos militares não especificados ou não classificados.

Voltando a questão do tamanho da indústria brasileira, entre 1996 e 2005, o Brasil produziu em valores constantes BRL 3,9 bilhões de armamento, considerando apenas armas pequenas foram BRL 2,2 bilhões e de outros equipamentos militares BRL 0,7 bilhões (Gráfico 1). Entretanto, cabe ressaltar que para os anos 2002 e 2003, tanto para armas pequenas quanto para outros equipamentos militares não houve declaração dos dados, ambas estão agregadas no grupo 29.7 (armas, munições e equipamentos militares). Se compararmos o primeiro ano da série com o último, 1996 e 2005, a produção de armamento ficou estagnada. No entanto, em 2002, a indústria apresentou o maior volume de produção BRL 602 milhões em valores constantes. Ainda sobre o desempenho desse segmento industrial, a variação anual da produção foi média em 9%.

Mas se considerarmos apenas a produção de armas pequenas, a indústria teve uma variação anual média negativa de - 0,5%, entre 1996 e 2005. Porém, esse resultado foi afetado provavelmente pelas ausências de dados dos anos 2002 e 2003. Cabe ressaltar que a participação média de armas pequenas foi de 78% no total produzido de armamento . E mesmo com ausência dos anos 2002 e 2003, que

representaram 25% do valor total, podemos inferir, diante da representação gráfica, que atualmente a produção de armas pequenas é mais relevante do setor de armamento segundo a definição apresentada pela CNAE.

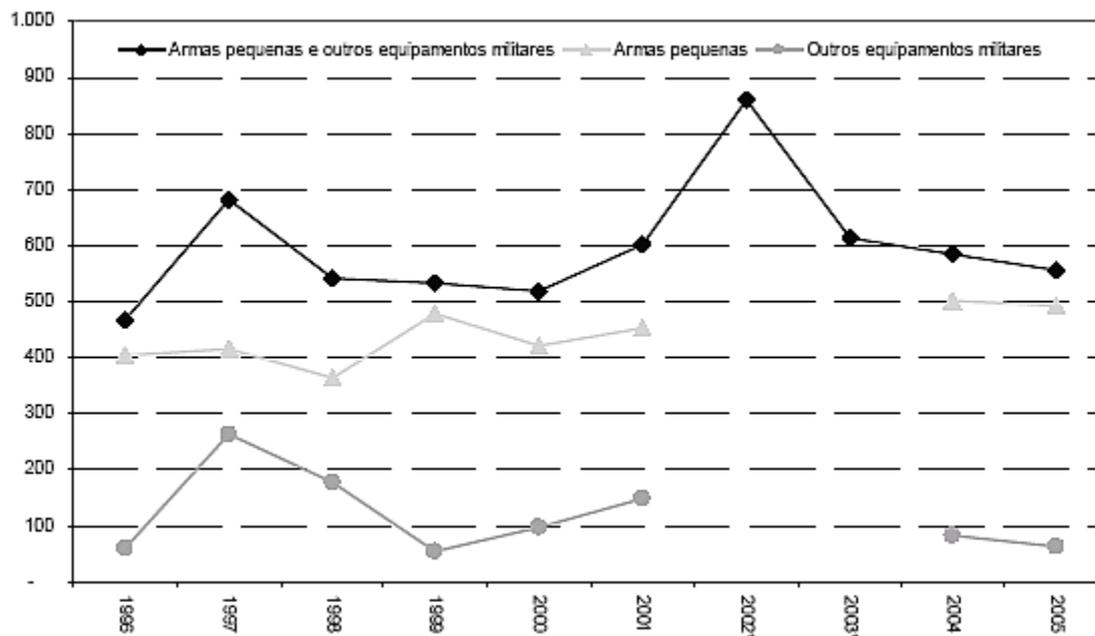
Gráfico 1. Brasil: armas pequenas e outros equipamentos militares. Produção em milhões de reais (2007 constantes), 1996-2005



1. Não há dados disponíveis para os anos de 2002 e 2003. Fonte: Elaborado a partir da base de dados: IBGE (1996-2005). Valores atualizados baseados no Índice Geral de Preços (IGP-DI) para 2007 (IPEA, 2008).

No que diz respeito as vendas de armas pequenas e outros equipamentos militares realizadas pela indústria brasileira, percebemos que as tendências são parecidas com as encontradas na produção, mas com valores, geralmente, mais pronunciados. O ano de maior volume em vendas de armas pequenas e outros equipamentos militares é 2002, com BRL 860 milhões, um ano antes da promulgação do Estatuto do Desarmamento. Já para armas pequenas, o melhor ano é 2004 com BRL 500 milhões. Mais uma vez, os anos de 2002 e 2003 estão com dados agregados, portanto, esses podem ter superado 2004, principalmente, se levarmos em consideração as tendências das curvas apresentadas no gráfico 2.

Gráfico 2. Brasil: vendas de armas pequenas e outros equipamentos militares em milhões de reais (2007 constante), 1996 – 2005.



¹ Não há dados disponíveis para os anos de 2002 e 2003. Fonte: Elaborado a partir da base de dados: IBGE (1996-2005). Valores atualizados baseados no Índice Geral de Preços (IGP-DI) para 2007 (IPEA, 2008).

Sendo assim, podemos ter uma idéia clara do tamanho desse mercado no Brasil, tanto termos de produção quanto em termos de vendas. Então, notamos que a indústria brasileira de armamento nos 10 anos observados ficou estagnada, com exceção de 2002. Agora, vamos observar essas vendas pelo lado dos fabricantes.

No gráfico 3, temos as vendas de empresas produtoras de armas pequenas no Brasil, no qual somente a fabricante de armas Boito não é representada. Contudo, como se trata de uma empresa relativamente pequena, podemos afirmar que a indústria está, em grande parte, representada no gráfico 3. É cabível ressaltar ainda que são os valores das receitas líquidas que estão sendo considerados, portanto todos seus produtos e serviços serão incorporados, não somente suas vendas de armas pequenas. Embora, a Taurus informe o percentual de armas de fogo nas suas vendas, as demais empresas nem sempre têm essa informação. Sendo assim, decidimos avaliá-las pelo total vendido, até para podermos observar seu desempenho após as medidas de controle. Isso torna a avaliação dos resultados da empresa como um todo mais claros.

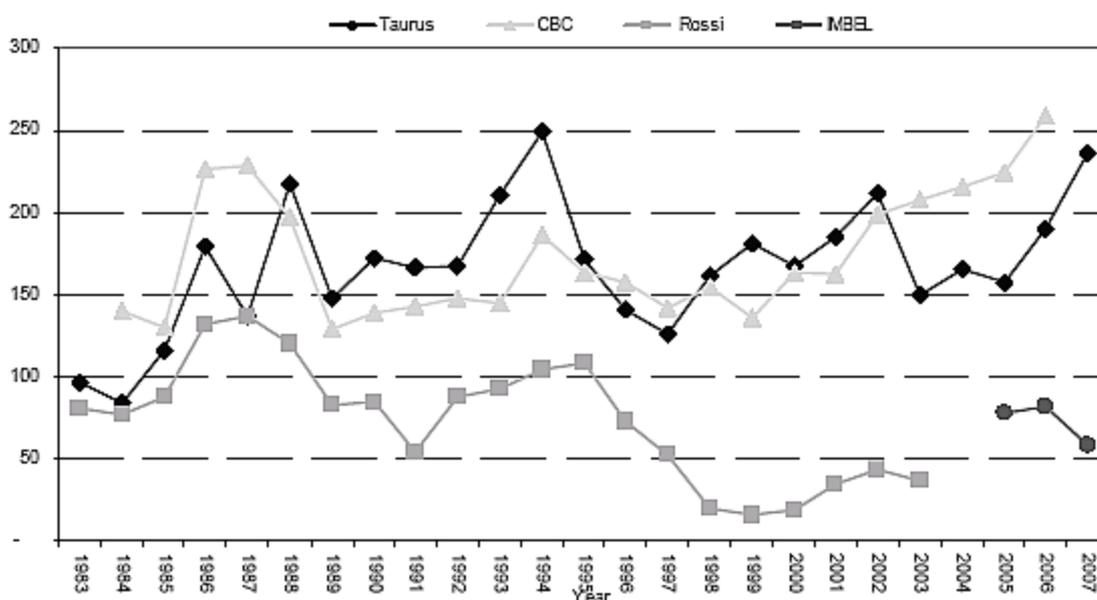
O melhor ano para Taurus foi 1994, quando vendeu BRL 248 milhões. Para CBC, o melhor ano foi 2006, quando vendeu BRL 258 milhões. E para Rossi, o melhor ano foi 1987, aliás, o único ano em que vendeu mais do que a Taurus: BRL 137 milhões, considerando o período entre 1983 - 2003. A

IMBEL, em 2006, vendeu BRL 81 milhões, em valores constantes, seu melhor ano, entre os três anos os quais temos informações, os três últimos anos. A IMBEL não tem obrigação declarar informações financeiras na CVM e nem na BOVESPA por ser uma empresa de capital fechado cujo controle pertence, atualmente, ao Ministério da Defesa. Contudo, ainda sim deve declarar essas informações em diários oficiais. Além da IMBEL e conforme já mencionamos, a Rossi e CBC deixaram de negociar suas ações na Bolsa de Valores. Isso dificulta, muito, o acesso a informações dessas três empresas.

Voltando ao gráfico 3, observamos que tanto a Taurus quanto a CBC dominam as vendas, principalmente, após 1997, quando a Rossi perde uma significativa fatia de mercado. Sobre a CBC e Taurus, devemos lembrar que CBC se dedica apenas a produzir principalmente munição e uma parte de rifles e espingardas. Enquanto que a Taurus tem diversas empresas coligadas dedicadas a produtos diversos, tais como: capacetes, ferramentas entre outros produtos (Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008; Purcena, 2006 e Purcena, 2008). A IMBEL parece ocupar o espaço que pertenceu a Rossi, já momento de retração.

Ainda sobre esse gráfico, não podemos inferir se a indústria cresceu ou diminuiu tendo em vista que não temos a participação de armas pequenas para todas as empresas no faturamento líquido, elas sequer são comparáveis em um mesmo ano. Ainda sim, esse gráfico é válido para perceber os movimentos de cada uma.

Gráfico 3. Brasil: faturamento líquido por empresa, em milhões de reais (2007 constante), 1983–2007.

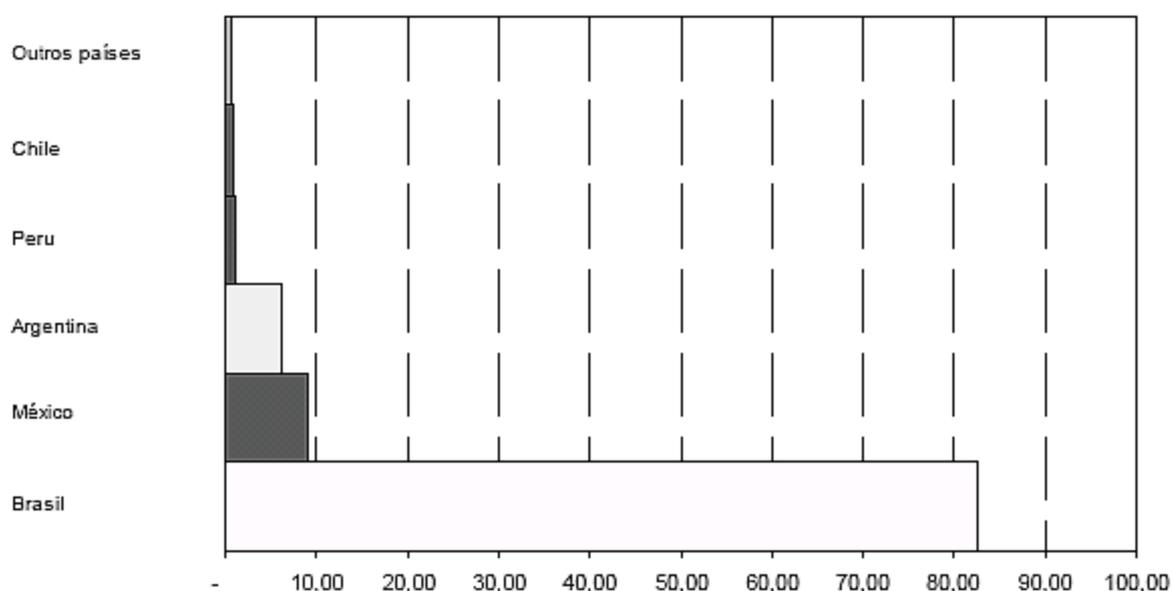


Fonte: Elaborado a partir das bases de dados: CVM (1983-1995a); CVM (1996-2006a); IMBEL (2008). Valores atualizados baseados no Índice Geral de Preços (IGP-DI) para 2007 (IPEA, 2008).

Comércio Exterior

Aparentemente a melhor série temporal sobre a indústria brasileira de armas pequenas, é série de comércio exterior. Contudo, devemos nos cercar de alguns cuidados ao trabalhar com esses dados devido aos problemas identificados nas exportações de pistolas, revólveres e cartuchos à bala do Brasil que são amplamente debatidos em outras pesquisas (Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008; Small Arms Survey, 2007; Dreyfus e Purcena, 2007, En La Mira, 2008). Entretanto, é possível extrair algumas conclusões desses dados. A primeira delas é que o Brasil é de muito longe o principal exportador da região (Gráfico 4)^[8].

Gráfico 4. América Latina e Caribe: ranking dos exportadores de armas pequenas em percentagens por país, 2000–2006.



Nota: Exportações das categorias do Sistema Harmonizado (SH) 9303.30 (rifles de caça e esportivos) e 9306.21 (cartuchos para espingardas) do Brasil para Malásia em 2002 foram excluídas (En La Mira, 2008). Fonte: Elaborado a partir da base de dados NISAT.

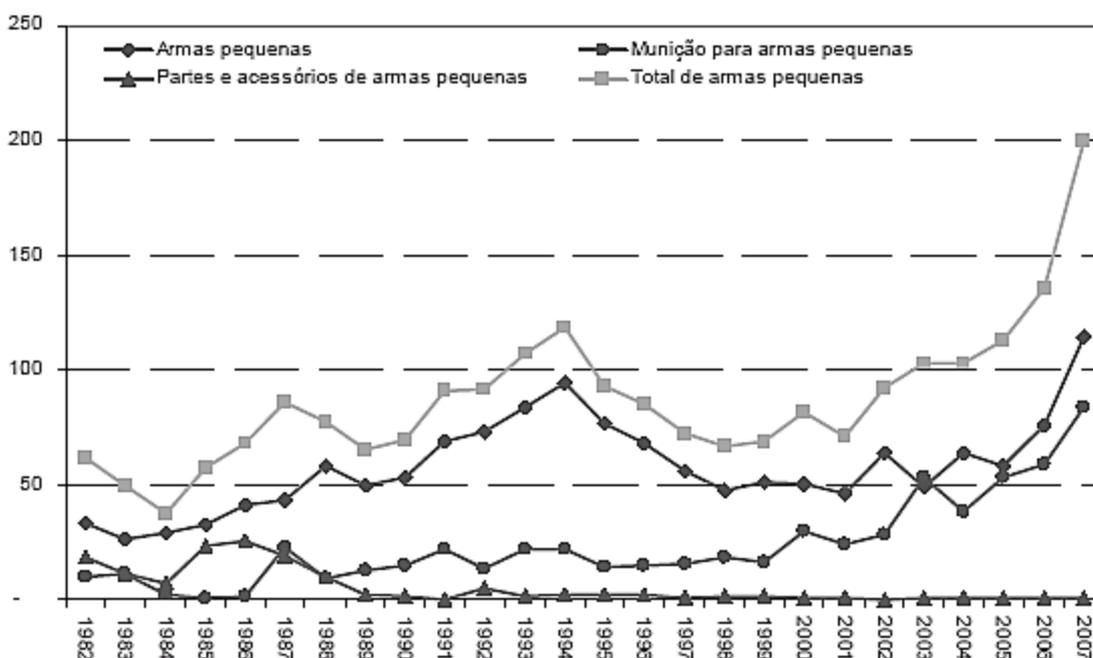
De acordo com o gráfico 5, as exportações brasileiras de armas pequenas cresceram imensamente, em termos reais, quando comparado o primeiro ano da série com último, 224%. Durante esses 25 anos, exportação de armas de fogo representou 67%, munição, 27%, e partes e acessórios para armas de fogo, 6%. A partir de 2000, as exportações de munições tem diminuindo o hiato em relação às armas de fogo, ou até ultrapassando conforme visto em 2003.

Para onde vai todo fluxo exportação é uma questão importante. No gráfico 6, podemos verificar que o principal destino das exportações brasileiras é os EUA, que durante algum tempo foi acompanhado com certa distância pela América Latina^[9].

Nos últimos anos, a posição de segundo lugar no destino das exportações tem sido os países da Europa Ocidental. Com isso, se considerarmos todo o período, 1982 - 2007, os EUA respondem por 53% do total exportado, América Latina 16%, Europa Ocidental 14%, África 5%, Oriente Médio, 4% e demais países 8%.

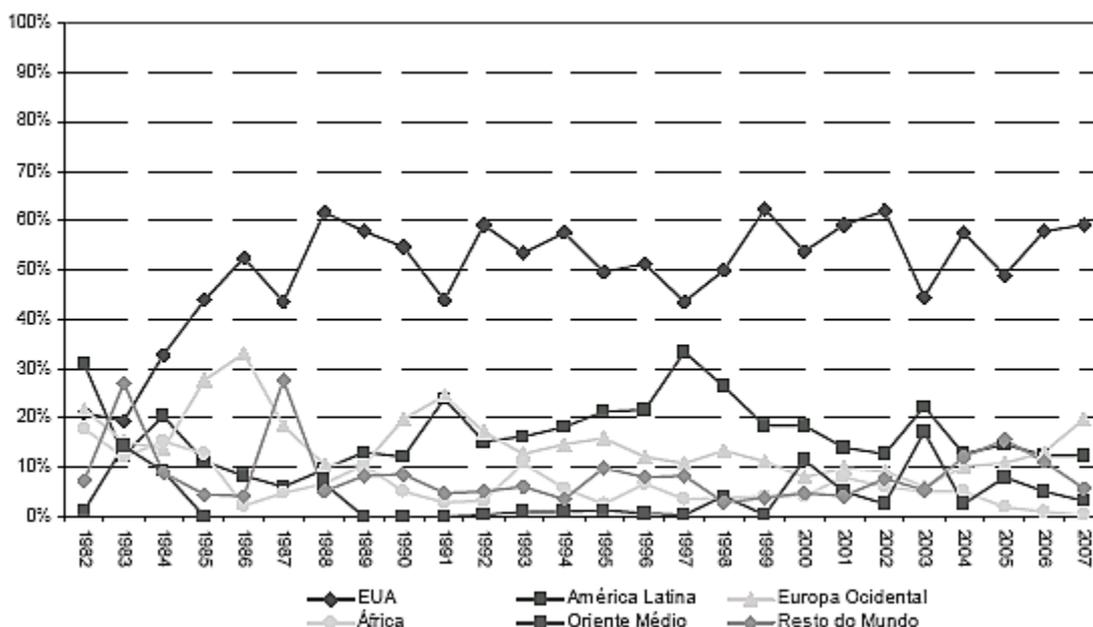
Sendo assim, apontamos os principais atores da indústria brasileira de armas pequenas, os seus valores de produção e de vendas, além de avaliar a posição do país mercado internacional, assim como, os seus principais destinos. Por fim, se por um lado, o crescimento de parte da indústria se manteve estagnado ou mesmo diminuiu, por exemplo, Rossi e IMBEL; por outro lado, há empresas que não foram afetadas, como por exemplo Taurus e CBC. Ainda, as exportações demonstram que outra parte da indústria brasileira de armas pequenas está funcionando à pleno vapor. Portanto, resta saber como se desenvolveram os mecanismos de controle dessa indústria.

Gráfico 5. Brasil: exportações de armas pequenas por espécie em milhões de dólares (2007 constante), 1982 – 2007.



Nota: Algumas exportações listadas nos dados oficiais para 1987, 1991, 1992, 1993 e 2002 foram excluídas por termos concluído que elas, de fato, representam itens militares, não-relacionados a armas (Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008). Fonte: Elaborado a partir das bases de dados: CACEX (1982 - 1988); SECEX (1989 - 2007). Valores atualizados baseados em deflação implícita de preços US-GDP para 2007 (BEA, 2007a).

Gráfico 6. Brasil: armas pequenas exportações na porcentagem por região mundial, 1982-2007.



Nota: Algumas exportações listadas nos dados oficiais de 1987, 1991, 1992, 1993, e 2002 foram excluídas ao percebermos que eram itens militares, mas não eram armas pequenas. (Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008) Fonte: Elaborado a partir das bases de dados: CACEX (1982 - 1988); SECEX (1989 - 2007). Valores atualizados baseados em deflação implícita de preços US-GDP para 2007 (BEA, 2007a).

A evolução recente do controle do uso de armas pequenas e munição e o comércio doméstico e exterior no Brasil

Controles do comércio doméstico e internacional

Estatuto do Desarmamento

Foi apenas em 1997, através da aprovação da lei Nº 9.437 (conhecida como o Ato SINARM), que o Sistema Nacional de Controle de Armas (SINARM) foi criado e houve uma introdução de critérios legais para o registro de armas privadas. De acordo com essa lei, para comprar uma arma, o indivíduo deveria, primeiro obter um registro de autorização do SINARM, administrado pela Polícia Federal. Autoridades locais (normalmente a polícia investigativa civil) receberam o requerimento, preenchido em nome do SINARM em Brasília, depois dos antecedentes criminais checados, e uma aprovação do SINARM era garantida para as autoridades locais para o registro da arma. Esse registro apenas autorizava a pessoa a ter uma arma em casa; não era uma autorização de porte, a qual seguia

procedimentos diferentes poderia ser dada a autoridades estatais (para portá-las dentro das fronteiras estatais) e pela Polícia Federal para portá-las em todo o território nacional. Segundo a lei, SINARM devia centralizar e atualizar uma base de dados nacional de todas as armas de fogo apreendidas e registradas no país. Cada um dos estados deveria periodicamente atualizar essa informação. Todavia, o processo de digitalizar os registros locais, e transferí-los para SINARM via uma interface digital era muito lento. Sub-notificações dos dados relativos a tanto armas registradas quanto a apreendidas era a palavra de ordem, e de 1997 a 2003 (quando uma nova lei tornou o controle federal e centralizado, o Estatuto do Desarmamento), SINARM ainda estava incompleta e sujeita a notificações aleatórias e inconsistentes, devido a deficiências técnicas, tais como falta de uma equipe treinada, de equipamentos para digitalização eficiente de dados (o que era comum em estados mais pobres com recursos escassos) e ainda de rivalidades entre autoridades locais e federais e competição interburocrática entre as agências da polícia estatal e da federal.

*N*ós devemos somar a falta de cooperação histórica entre as instituições federais que monitoram a oferta (indústria, vendas, importações e exportações) e a demanda (compra, porte, uso e registro) de armas e de munição à crônica falta de comunicação eficiente e cooperação entre os estados. Por um lado, o Exército (que não tem poderes ou deveres policiais) controla a produção; vendas de fabricantes para distribuidores e para exportadores; importações; exportações e vendas diretas da fábrica para as Forças Armadas, forças policiais militares estaduais, membros das forças armadas e policiais militares quando for para uso particular e colecionadores de armas. O Exército também sistematiza e centraliza a informação sobre essas atividades.

*P*or outro lado, a polícia Federal (sob o Ministério da Justiça), como visto anteriormente, através do SINARM, centraliza a informação de armas registered por civis, assim como informações sobre armas apreendidas. Até 1997, não havia comunicação alguma entre essas agências. O decreto regulamentador da Lei SINARM estabeleceu que o Ministério da Justiça e o de Defesa estabeleceriam um protocolo inter-agência para o intercâmbio de informações relacionadas a armas pequenas. Esse protocolo nunca foi implementado e, na prática, não havia troca de informações. De acordo com o decreto regulamentador da Lei SINARM, fabricantes e importadores enviariam uma lista de venda ou de compra de armas pequenas para a Polícia Federal, com a identificação do comprador. Porém, essa informação não era provida em tempo real (era enviada erradicamente em disquetes), e o SINARM não era notificado de forma consistente.

*D*urante essa última década, em um contexto de crise da Segurança Pública, o problema de armas pequenas foi priorizado na agenda parlamentar, e na agenda de Segurança Pública, com o engajamento crescente da sociedade civil. Isso é devido à necessidade óbvia de controles mais rígidos em todos os aspectos relacionados às armas leves, mas especificamente em seu porte e posse por civis. A Sociedade Civil respondeu proporcionalmente (através de pesquisas, advocacy, mobilização e programas comunitários) às taxas crescentes de violência urbana que vêm devastando a sociedade brasileira desde o início da década de 90. Os exemplos

mais sólidos de mobilização da sociedade civil em controle de armas pequenas apareceram em duas megalópoles terrivelmente afetadas pela violenta criminalidade. Esses casos são o Viva Rio, no Rio de Janeiro e o Sou da Paz, em São Paulo. A coalizão de ONGs, parlamentares e igrejas que, com intensa colaboração da mídia de massa, finalmente alcançado em dezembro de 2003. A aprovação de uma lei mais restritiva de controle de armas, conhecida como Estatuto do Desarmamento.

O Estatuto do Desarmamento foi aprovado em 9 Dezembro de 2003 pelo Congresso Brasileiro, assinado pelo Presidente Lula em 23 de Dezembro, e regulamentada em 1º de Julho de 2004 pelo Poder Executivo. Aspectos técnicos especialmente contemplado no Estatuto foram regulados por resoluções subseqüentes da Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro (DFPC) e Departamento da Polícia Federal (DPF). De acordo com o Estatuto, o Governo Federal (através da Polícia Federal) é responsável, agora, pelo registro de armas pequenas, controlando as vendas domésticas para civis e centralizando a informação sobre armas apreendidas, registradas, fabricadas, exportadas e importadas em uma única base de dados. Através dessa nova legislação, os estados abdicaram de sua prerrogativa e de sua função de registro de armas pequenas e fornecendo licenças de porte de armas em âmbito local.

A nova legislação também determina que o Exército e a Polícia Federal unam suas bases de dados por um sistema online encriptado, com níveis de acessibilidade e protocolos de confidencialidade, a fim de garantir que ambas instituições troquem informações relevantes sobre registros de armas apreendidas, para checar se já foram exportadas previamente, ou para saber quem foi o primeiro comprador da arma assim que saiu da fábrica.

O Estatuto também estabelece um sistema centralizado de informações balísticas gerenciado pela Polícia Federal o qual seria alimentado pelos fabricantes com amostras de projéteis disparados por cada uma das armas fabricadas no Brasil e importadas. A identificação e localização das armas utilizadas nos crimes seria facilitada por um equipamento como o Sistema Integrado de Identificação Balística (IBIS). O Estatuto também determina que a Polícia Federal faça inspeções periódicas nos paíóis de empresas de segurança particulares, assim como nas lojas de armas e estandes de tiro, além de penalizar severamente reportar menos perdas ou roubos de seus inventários.

Atendendo à questão específica da munição e o problema da dispersão explicado acima, a nova legislação determina que casos de cartuchos fabricados no Brasil para agências de segurança pública locais e federais, além das Forças Armadas, deve incluir o número do lote. O regulamento entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2005 para munição .40 e .45 e desde de Julho de 2005, para 5.56x45mm; 7.65x51mm, 9mm Parabellum; .380; .38; .50 e 12 gauge cartuchos. O número do lote identifica entidades públicas legais, ou seja, que agências policiais e forças armadas que compram lotes de 10 mil rounds. Essas 10 mil rounds estão designadas a uma única entidade com um número de lote específico. Lotes para entidades legais são fabricadas a partir de requerimentos específicos.¹⁹ Vamos

supor que um lote de 10 mil rounds de cartuchos 5.56 x 45 mm é fabricado pela CBC para o Exército brasileiro. Esse lote somente será vendido ao Exército, se o número do lote será marcado com tecnologia a laser, na base de cada caixa no final da linha de produção. Espera-se que os números de lote ajudem as polícias a identificarem padrões de desvio de munição das polícias e/ou das forças armadas ao crime organizado. Munição importada dos calibres supracitados precisa preencher os critérios necessários para o embalo e a marcação nos parâmetros da munição feita no Brasil.

O Estatuto estabelece, em relação a posse por civis, uma série de normas que aumentam o controle sobre circulação, comércio e utilização de armas pequenas. O objetivo dessas medidas é reduzir a disponibilidade das armas pequenas, identificadas como vetores de violência epidêmica letal no país. Algumas dessas medidas são:

- **O** porte de armas pequenas é proibido para civis (foi permitido dentro da lei anterior através de uma licença a ser emitida pela polícia estatal). O porte ilícito de armas é punido com o aprisionado e o infrator não pode requerer liberdade durante o processo mediante pagamento de fiança.
- **A** legislação estabelece pré-requisitos bem restritos para a compra de armas pequenas por indivíduos, caso seja declarada a necessidade por indivíduos; comprovando renda lícita estável e emprego; apresentando comprovante de residência; comprovando capacidade técnica para manejar as armas de fogo e armazená-las em condições seguras; e passando em um exame médico e psicológico.
- **T**ransferências e vendas entre indivíduos devem ser reportadas e autorizadas pela Polícia Federal.
- **E**mpresas de Segurança privada devem ser inspecionadas periodicamente a fim de detectar roubos e perdas de armas leve não declarados.
- **T**ráfico internacional, além de comércio, armazenamento e fabricação ilegais de armas leve são tipificados e criminalizados.
- **M**ultas e reclusão são punições para posse ilegal de armas pequenas.
- **P**ortadores de armas também são penalizados se eles não tomarem as medidas cabíveis para prevenir que suas armas fiquem longe do alcance de crianças, deficientes mentais ou quando suas armas foram utilizadas em mortes ou ferimentos.
- **U**m programa de entrega voluntária de armas pequenas foi estabelecido por seis meses (depois estendido para 18). Esse programa de recolhimento coincidia com o registro de armas não-registradas sem penalidade. Depois dessa anistia, pessoas que possuíam armas ilegalmente foram sujeitas às penalidades da posse ilegal.
- **O** último artigo do Estatuto, estabeleceu a realização de um Referendo no qual a cidadania decidiria pela proibição do comércio de armas de fogo para civis no Brasil. O Referendo foi realizado em 23 de outubro de 2005

resultando na vitória do “Não”, isto é, o eleitorado votou em favor da continuidade da venda autorizada de armas de fogo e munição para civis. No entanto, todas as outras medidas de controle do Estatuto continuam vigentes^[10].

- **Regulamentos** específicos do Exército brasileiro, os quais estão legalmente baseados no Estatuto, também determinam que cada dono de arma poderá comprar até 50 cartuchos de munição por ano, por cada arma que possuir. A munição só poderá ser comprada mediante apresentação da permissão de posse para cada arma.
- **Resolução CACEX N° 17** e moratória de exportações de armas pequenas para o Paraguai.

Durante os anos 90, o Paraguai foi o maior ponto de desvio de armas pequenas que eram legalmente importadas (majoritariamente do seu vizinho fabricante, Brasil) para lá e então contrabandeado para grupos criminosos no resto da região, principalmente para o Brasil e para Colômbia. Por exemplo, entre abril de 2005 e novembro de 2006 uma Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) da Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, solicitou aos fabricantes de armas Forjas Taurus S/A, Amadeo Rossi, Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) e Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) o rastreamento de 34.448 armas brasileiras apreendidas pela polícia em situação ilegal no Rio de Janeiro, no período de 1998-2003, das quais se efetuou o rastreamento de 10.549. A CPI também fez a mesma solicitação à Polícia Federal, que conseguiu rastrear 8.422 destas armas. A pergunta realizada pela CPI era: quem foi o primeiro comprador desta arma? Segundo as respostas dos fabricantes nacionais de armas, 68% das armas rastreadas haviam sido vendidas no mercado civil doméstico, isto é, a lojas de armas. As fábricas também responderam que 18% das armas haviam sido vendidas a instituições do Estado, principalmente à Polícia Militar do Rio de Janeiro e, em menor proporção, ao Exército brasileiro. Neste caso, se trata de armas desviadas de instituições do Estado, mas também de armas (principalmente pistolas e revólveres) que haviam sido compradas diretamente da fábrica por funcionários, policiais e militares para uso privado. 14% das armas rastreadas haviam sido exportadas, principalmente para o Paraguai (11% da amostra total rastreada), e, em menor proporção, para Argentina, Estados Unidos e Uruguai. Depois, essas armas voltaram de forma ilegal ao Brasil (Câmara dos Deputados, 2006:472).

Essa situação era causada pela insipiente legislação paraguaia de controle de armas, pela corrupção institucional e por uma ineficiente força policial, além de ser um ponto intermediário para o tráfico internacional de armas pequenas. Pressão internacional, assim como iniciativas políticas internas, levaram a mudanças na legislação nacional do Paraguai em 2002, e a adoção de ações unilaterais e bilaterais que culminaram, de 1999 em diante, em uma significativa redução de importação pelo Paraguai. Uma dessas medidas foi a adoção em 2000 de uma moratória informal de três anos de armas pequenas produzidas no Brasil. O Brasil

também interrompeu suas exportações comerciais para o Paraguai no fim de 1999. Esse fato foi fortalecido em Junho de 2001 por uma resolução do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior brasileiro o qual impôs um alíquota de 150% em armas pequenas, armamento leve, suas partes e munição exportada por países na América do Sul, América Central, e no Caribe, com exceção de Argentina, Chile e Equador, além de excluir exportações para usuários autorizados com certificados de destino final ou armamento para as Forças Armadas ou instituições da polícia dos países dessas regiões^[11]. Dessa maneira, o mercado negro de tráfico de armas no Paraguai praticamente parou.

A próxima seção analisará os efeitos dessas medidas de controle no comportamento e na performance da indústria de armas pequenas.

Os efeitos das medidas de controle de armas pequenas na indústria de armas pequenas do Brasil: uma análise através do comportamento da Taurus e da CBC

Mostramos neste artigo, quais são as empresas da indústria brasileira de armas pequenas, quanto se produz, quanto se comercializa e para quem vai essa produção; depois abordamos os mecanismos de controle de armas de fogo no Brasil. Agora, vamos avaliar como esses mecanismos impactaram no desempenho financeiro de algumas empresas dessa indústria. Em janeiro de 2008, boas notícias foram dadas aos brasileiros: implementação do Estatuto do Desarmamento, principalmente a campanha de entrega voluntária de armas, contribuiu para a redução do número de mortes por armas de fogo (PAF) De acordo com o Ministério da Saúde, entre 2003 e 2006 a queda de mortes PAF em números absolutos foi de 12% e de 18% em taxas por 100 mil habitantes (Ministério da Saúde, 2007; Weber e Dutra, 2008, p.8). Esse resultado corrobora com a efetividade do Estatuto do Desarmamento (aprovado em dezembro de 2003) e a necessidade da continuidade de implementação de uma política consistente de política de controle de armas no Brasil.

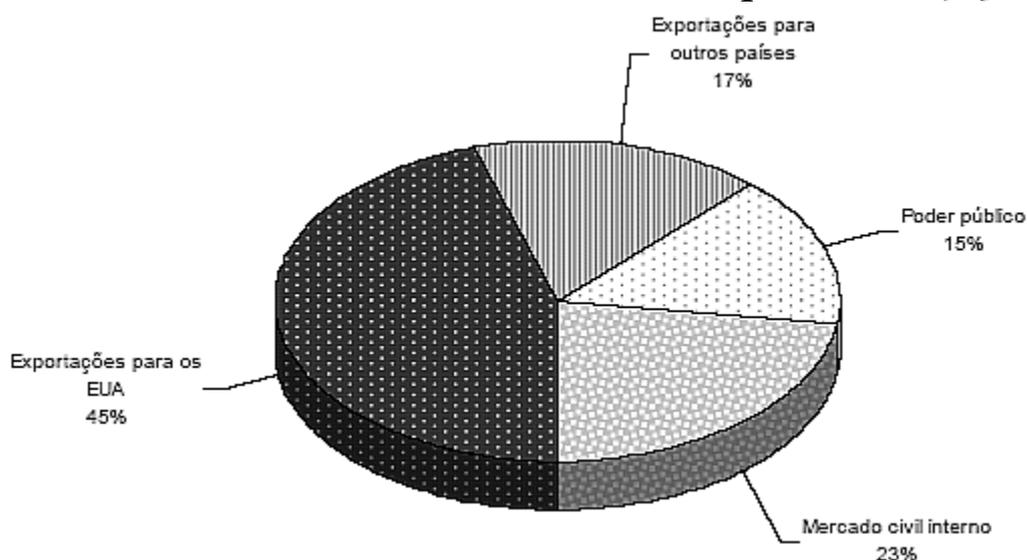
Contudo, essas ótimas notícias não pareceram sensibilizar alguns setores da sociedade, porque com essas notícias vieram reclamações tanto do mercado do atacadista quanto varejista de armas de fogo e munições. De acordo com o representante dos comerciantes de armas de fogo, Sr. Antonio Alves, depois do Estatuto do Desarmamento, o número de lojas de armas e de munição caiu quase 90% (Weber e Dutra, 2008:8). Mas, as queixas não pararam ali também têm os fabricantes, os quais em nome da sustentabilidade da empresa, vêm reivindicando a revogação das alíquotas de exportação para países fronteiriços (Batista e Braga, 2006:3; Purcena, 2006).

Desde 2006, novos relatórios afirmam que é possível que seja revogada a resolução N° 17 de 6 de junho de 2001, da Câmara de Comércio Exterior do

Departamento de Desenvolvimento Industrial e Comércio (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2008), a qual estabeleceu a alíquota de 150% em exportações comerciais de armas pequenas e munição para os países da América Latina e do Caribe. O argumento que sustenta esse retrocesso alega que “o prejuízo da indústria nacional, que precisa exportar mais para ganhar escala e competitividade” (Batista e Braga, 2006, p.3). Pode ser lembrado, no entanto, que o principal mercado da indústria de armas brasileiras não é a América Latina. No máximo, essa região foi, no passado, um mercado secundário (Gráfico 6). O principal mercado para o Brasil nesse setor são os Estados Unidos da América (Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008). Por outro lado, a América Latina não só é um mercado secundário, além disso, alguns dos países fronteiriços do Brasil têm sido identificados como as maiores portas de entrada do contrabando das próprias armas brasileiras exportadas para alimentar o crime organizado brasileiro. (Dreyfus e Bandeira, 2006:13-15). De fato, a alíquota nas exportações brasileiras foi uma tentativa de mitigar esse efeito bumerangue.

Caso Taurus: Os resultados de uma análise de estatísticas do comércio exterior por 25 anos mostram que durante esse período o Brasil exportou um total de USD 2,3 bilhões, em valores constantes, os quais USD 1,5 bilhão eram de armas pequenas, USD 618 milhões em munição de armas pequenas e USD 140 milhões de dólares em partes e acessórios (Gráfico 5). Além do mais, exportações da Taurus equivalem a 61% das exportações brasileiras de armas pequenas entre 1988 e 2006 (Gráfico 8). A Taurus, por isso, pode ser usada como um “estudo de caso” para avaliar o impacto das restrições às exportações de armas e avaliar seu impacto em indicadores da companhia. (Gráfico 7).

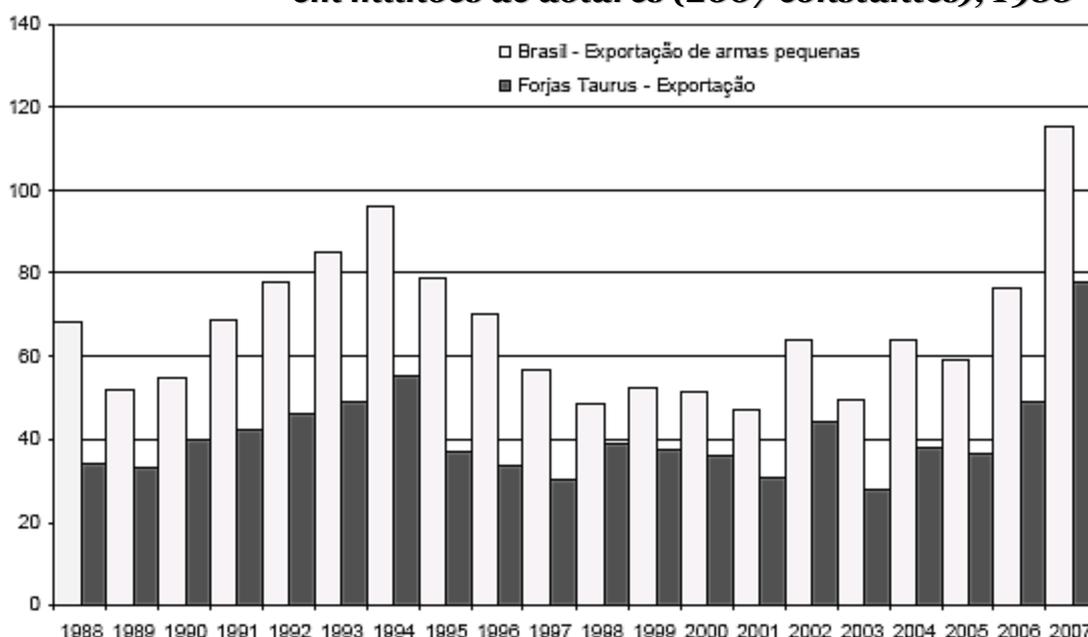
Gráfico 7. Taurus: faturamento por segmento de mercado, em percentuais, 1988-2006.



Fonte: Elaborados a partir das base de dados: CVM (1988-1995a); CVM (1996-2006a); CVM (1988-1995b); CVM (1996-2006b).

Conforme demonstramos no gráfico 3, entre 1983 e 2007, a Taurus teve faturamento médio de BRL 167 milhões em valores constantes. Entretanto, para ter uma boa compreensão, vamos trabalhar com o período de 1988 até 2007, mesmo porque o último ano publicado, 2007, não constam algumas informações importantes, tais como: participação do mercado civil interno e poder público. Sendo assim, entre 1988 e 2007, as vendas líquidas da empresa estavam divididas da seguinte maneira (Gráfico 7): 15% para o governo (Forças Armadas e forças policiais do Brasil), 23% para o mercado civil interno, 45% em exportações para os Estados Unidos e 17% em exportações para o resto do mundo. Se olharmos para os últimos 17%, fica evidente que a América Latina não é um mercado essencial para a empresa. Ademais, a Taurus declara que exporta para mais de 70 países.

Gráfico 8. Brasil e Forjas Taurus: exportações de armas pequenas em milhões de dólares (2007 constantes), 1988 - 2007.

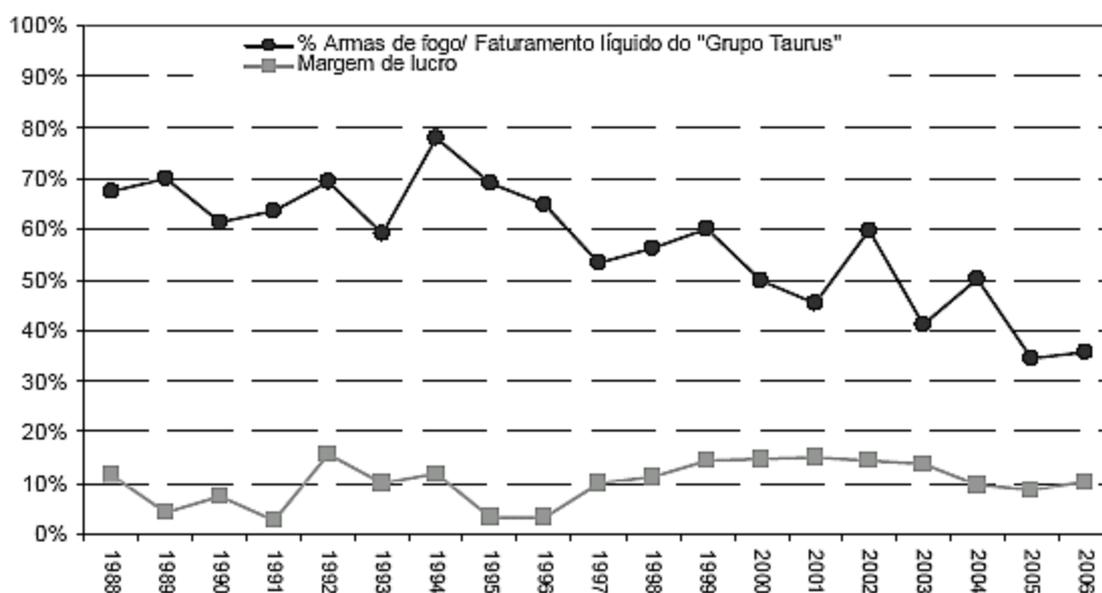


Elaborado a partir das bases de dados: CVM (1988-1995a); CVM (1996-2006a); CVM (1988-1995b); CVM (1996-2006b); CACEX (1982 - 1988); SECEX (1989 - 2007). Valores atualizados baseados no Deflator Implícito de Preços US-GDP for 2007 (BEA, 2007a).

Forjas Taurus é um conglomerado de empresas que, além de indústrias de fabricação de armas de fogo, incluem Taurus Blindagens Ltda., Taurus Holdings Inc., Taurus Security Ltda., Taurus Máquinas-Ferramentas Ltda. (ferramentas); Taurus Helmets Indústria Plástica Ltda. (capacetes de proteção e plástico e Famastil Taurus Ferramentas (maquinário) S/A (CVM, 2007a; Dreyfus, Lessing e Purcena, 2008; Purcena, 2006). De 1990 – 2000, o setor de armas pequenas representou 64% das vendas das Forjas Taurus as quais diminuíram para 46% de 2001 a 2007. Ademais, em 2005, a venda de armas totalizou 35%, a mais baixa da história e, em 2006 ficou quase no mesmo patamar com 36%, embora em 2007 tenha aumentado para 55% (Gráfico 9).

Mesmo assim, houve mudanças importantes nas estruturas empresarias da companhia. As receitas líquidas das Forjas Taurus foram, em média, BRL 20 milhões, em valores constantes, de 1988 a 2000 e BRL 37 milhões de 2001 a 2007. Outro indicador importante nessa análise é a margem de lucro, o que nos permite avaliar o custo da empresa. Quanto mais alta uma margem de lucro, menor o custo total da empresa. De 1988 a 2000, a margem de lucro foi 12%. Entretanto, de 2001 a 2007, quando a alíquota para exportações já havia sido implementada, a margem de lucro média foi 22% (Gráfico 9). Além disso, outros trabalhos revelam que entre as empresas listadas na BOVESPA, a Taurus ocupa 6ª posição dentro do seu setor, considerando a margem de lucro como indicador desse ranking (Purcena, 2008, p.2)

Gráfico 9. Forjas Taurus: cota de armas pequenas em vendas líquidas e margem de lucro, 1988 - 2007.



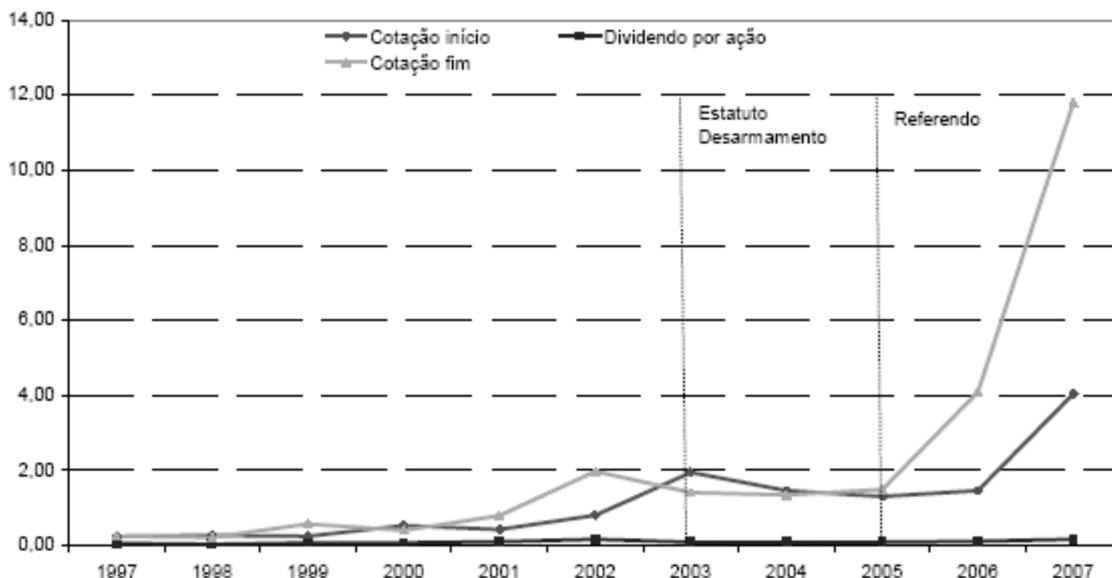
Elaborado a partir das bases de dados: CVM (1988-1995a); CVM (1996-2007a); CVM (1988-1995b); CVM (1996-2007b). Valores atualizados baseados no Índice Geral de Preços (IGP-DI) para 2007 (IPEA, 2008).

Como demonstrado acima, a participação de armas de fogo nos negócios do Grupo Taurus tem sido constantemente substituído por outros segmentos. Ademais, mostra ainda que exportações para outros países da América Latina não são considerados prioridade. Essas mudanças não tiveram um impacto negativo nos resultados da empresa, pelo contrário, elas, de fato, geraram um aumento de empregos em 2007, contratando 16% a mais de empregados do que no ano anterior. Antes de 2001, o número de funcionários médio da empresa era 2.061, em 2007, a empresa tinha 3.664 funcionários (CVM, 1988 – 2006a). Isso aconteceu independentemente das alíquotas de exportação e a restrição em vendas domésticas causadas pelo Estatuto do Desarmamento, a nova lei federal em controle de armas foi aprovada em Dezembro de 2003. Considerando esses

indicadores, deve ser lembrado argumento alegado de perdas e danos à indústria nacional que foi usado contra a adoção da alíquota de vendas de armas. Não existe tal perda, pois ela foi compensada com habilidade corporativa e criatividade.

Recentemente, em outra publicação, o presidente da empresa atribuiu seu bom desempenho no mercado de ações, dentre outras ações, ao investimento em outros setores industriais tais como o de bens de capitais (Purcena, 2008; Arechavaleta, 2008). Para continuar crescendo, a empresa está investindo na construção de uma fábrica na Bahia que produziria capacetes para motociclistas (Arechavaleta, 2008; Forjas Taurus, 2008). Depois da divulgação dos bons resultados durante o ano de 2007, a empresa reconheceu que a venda de armas de fogo para o mercado doméstico civil perdeu importância, principalmente depois do Estatuto do Desarmamento; todavia, isso não afetou os resultados da empresa. Em 2007, a empresa registrou o melhor desempenho de sua história, e tornou evidente que a diversificação era uma nova oportunidade de negócio (Purcena 2008; Pentead, 2008). Isso refletiu claramente nos papéis da empresa que se valorizaram bastante após o Referendo conforme indica o gráfico 10.

Gráfico 10. Taurus: preço das cotações de ações em reais (constantes 2007), 1997-007.

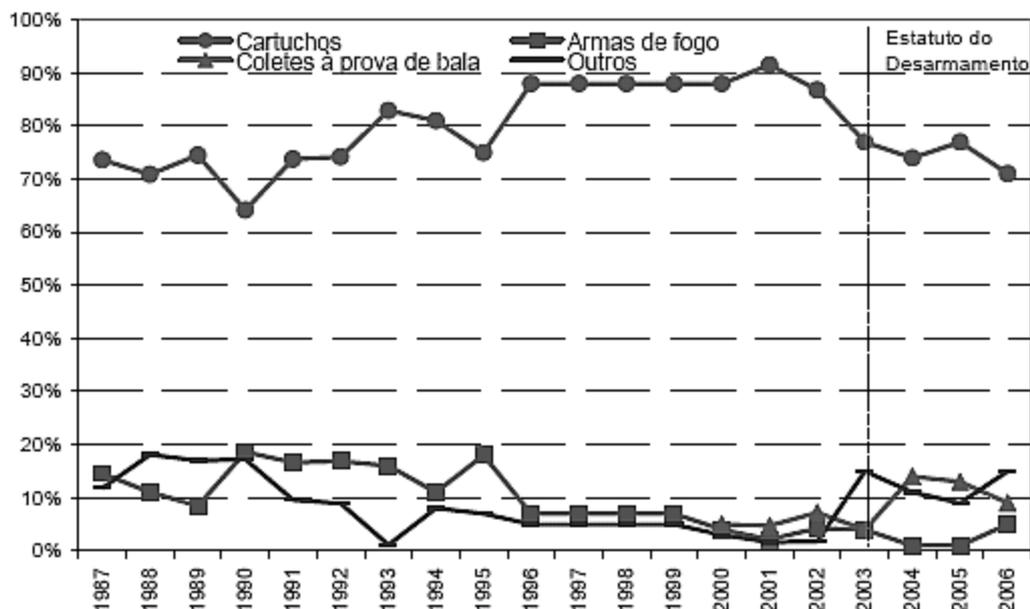


Elaborado a partir das bases de dados: CVM (1996-2007a); Bovespa (2008). Valores atualizados do Índice Geral de Preços para 2007 (IPEA, 2008).

CBC: Na seção 2 deste artigo, é mostrado o quanto a CBC vendeu, comparamos ainda com outras empresas do mesmo setor, com isso, que ela possuía a maior “fatia do mercado” (Gráfico 3). Analisando as vendas por tipo de produto,

de acordo com a informação apresentada pela empresa ao mercado, existem três categorias: cartuchos, armas de fogo e outros. Em 2000, eles começaram a considerar coletes uma categoria extra, portanto, trabalhando com quatro tipos.

Gráfico 11.CBC: vendas por tipo de produto, 1987-006.



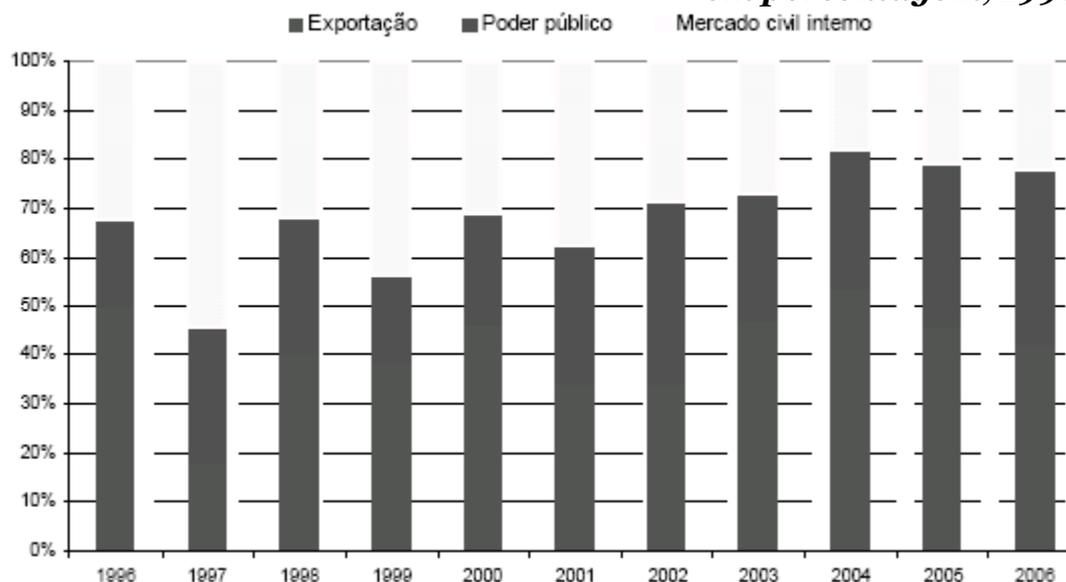
Elaborado a partir das bases de dados: CVM (1988-1995a); CVM (1996- 2006a); CVM (1988-1995b); CVM (1996-2006b).

No gráfico 11 é perceptível que, obviamente, o principal produto da empresa são cartuchos. Porém também é claro que armas de fogo são uma importante fonte de receita. Só para ter uma idéia de o quão importante esses produtos são, em 1989, a soma dos cartuchos e armas de fogo representava 99% das vendas líquidas, e, em 2006, a categoria coletes à prova de balas, somada à categoria “outros” passou a representar 24% das vendas líquidas. Avaliando o faturamento da empresa por tipo de produto antes do Estatuto do Desarmamento, a participação de cartuchos no faturamento líquido caiu de uma média de 81% para 75%; armas de fogo caíram de uma média de 11% para 3%; e outras fontes, incluindo coletes à prova de balas, aumentaram de 13% para 23%. Os investimentos da CBC em outros setores, ao contrário da Taurus, não são informados, entretanto, fica claro que após a aprovação do Estatuto a empresa se esforça para diminuir a participação de produtos letais no faturamento.

Outro importante aspecto sobre as vendas da CBC é o seu papel no mercado civil doméstico nos últimos anos. Até 2002, o mercado civil doméstico divide com o mercado estrangeiro o papel de principal fonte de renda da empresa, os dois com uma média de 37% das vendas, enquanto que o poder público representa apenas

26%. Em 2003, a situação é revertida drasticamente. O mercado externo aumenta 47% de produtos vendidos, a participação do poder público aumenta para de 31% e o mercado civil cai para de 22% dos produtos vendidos. (Gráfico 12).

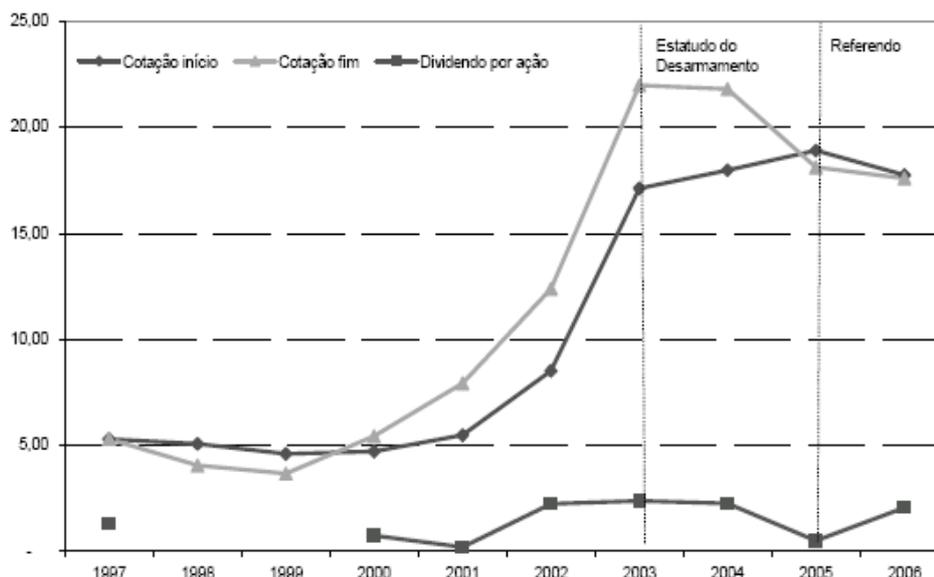
Gráfico 12. CBC: faturamento por segmento de mercado, em porcentagem, 1996-2006.



Elaborado a partir das bases de dados: CVM (1988-1995a); CVM (1996-2006a); CVM (1988-1995b); CVM (1996-2006b).

Se, por outro lado, foi possível analisar o comportamento das vendas dessa empresa, por outro podem ser inferidas as expectativas do mercado em relação a esse comportamento. De maneira semelhante, como no caso da Taurus, as ações são o indicador dessa expectativa. Apesar dos altos preços das ações de 1997 a 2006, ao contrário da Taurus, seus papéis começaram uma trajetória ascendente antes mesmo da publicação do Estatuto do Desarmamento. Eles tiveram uma pequena queda com à época do Referendo, mas mantiveram suas taxas no início de 2003. Portanto, a nossa intenção é observar como os investidores enfrentaram a restrição de alguns produtos no mercado civil interno e não analisar o comportamento das ações dessas empresas minuciosamente. Nesse sentido, a CBC por ter o monopólio da produção de cartuchos não teve nenhuma mudança drástica nas expectativas do mercado no período observado (Gráfico 13).

Gráfico 13. CBC: preço da cota de ações em reais (const. 2007), 1997-2006.



Elaborado a partir das bases de dados: CVM (1996-2007a); BOVESPA (2008). Valores atualizados do Índice Geral de Preços (IGP-DI) para 2007 (IPEA, 2008).

Conclusão

Como foi demonstrado, mesmo com políticas restritivas de controle de armas no mercado interno e externo, como, por exemplo, o Estatuto do Desarmamento e o imposto de 150% para exportações para os países na América Latina, investir em algumas empresas que fabricam armas de fogo tem sido bem lucrativo durante os últimos 10 anos. Ainda sobre as restrições a parte do mercado externo, ressaltamos que, entre 2000 e 2007, a indústria brasileira teve um aumento real de 128% nas exportações de armas pequenas e 179% nas exportações de munição (ver gráfico 3).

Quando analisamos o impacto da alíquota e do Estatuto do Desarmamento nas empresas líderes do segmento de armas pequenas, fica evidente que tanto a Taurus quanto a CBC foram capazes de se adaptarem ao mercado em transição, o que as colocam como um exemplo para o resto do setor. Aliás, em face disso, podemos inferir que para continuar no mercado proporcionando dividendos aos seus acionistas, uma empresa deve estar atenta a outras oportunidades de negócios, com isso, diversificar sua produção, como a Taurus, ou garantir de alguma forma o monopólio de determinado produto, como fez a CBC no caso dos cartuchos. Do contrário, limitar-se ao apoio estatal, como a IMBEL, ou ainda garantir um nicho de mercado, como Boito, e se estabelecer em uma pequena parte do mercado. Senão, corre sério risco de desaparecer do mercado como aconteceu com a Rossi.

Porém, para contribuir para esse debate, seria vital que os fabricantes armas ofereçam propostas favoráveis à segurança pública e não somente ao aumento do lucro. O debate sobre o aumento da riqueza do país, gerando novos empregos e o

desenvolvimento da indústria nacional é muito importante. Não obstante, esses objetivos precisam ser alinhados com a segurança das famílias brasileiras e o decréscimo nas mortes relacionadas às armas de fogo. Todo mercado precisa ser regulado em função do bem comum, no caso de produtos letais como as armas de fogo, esperamos ter demonstrado que um maior controle indústria não significa necessariamente um jogo de soma zero: o touro foi domado, em benefício da sociedade, sem perder sua força.

Referências

- Arechavaleta, Fernanda (2008). Elas jogam no primeiro time: blues chips do Sul [online]. Amanhã. Edição 239. Disponível em [acesso 03.2008]: <<http://amanha.terra.com.br/edicoes/239/exclusivo.asp>>.
- Bandeira, Antonio; Bourgois, Josephine (2006). Firearms: Risk or Protection? Rio de Janeiro: Parliamentary Forum on Small Weapons.
- Batista, Henrique Gomes; Braga, Isabel (2006). Venda de armas divide governo. O Globo, 5 de junho, p. 3.
- Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA (2008). Empresa: Resumo Mensal de Negociação [online]. Disponível em [acesso 02.2008]: <<http://www.bovespa.com.br/sig/FormConsultaEmpresa.asp?strIdioma=P&strDtReferencia=08/2008>>.
- Brasil (1982-1988). Comércio Exterior do Brasil. Rio de Janeiro: Ministério da Fazenda – Secr. da Receita Federal Coordenação do Sistema de Informações Econômico-Fiscais.
- Brasil (2001). Resolução nº 17 de 6 de junho de 2001 [online]. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – Câmara de Comércio Exterior. Disponível em [acesso: 04.2008]: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/legislacao/rescamex/2001/rescamex017.pdf>>.
- Brasil (2007). Redução de Homicídios no Brasil. Brasília: Ministério da Saúde – Secretaria de Vigilância.
- Brauer, Jurgen (2007). Arms Industries, Arms Trade, and Developing Countries. In Hartley, Keith; Sandler, Todd. Handbook of Defense Economics - Defense in a Globalized World. Science Direct, pp. 973-1.015.
- Câmara Brasileira dos Deputados (2006). Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar as Organizações Criminosas do Tráfico de Armas ('CPI do Tráfico de Armas') [online]. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/temporarias/cpi/encerradas.html/cpiarmas/Relatorio%20Final%20Aprovado.pdf>>.
- Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil – CACEX (1982-1988). Comércio Exterior do Brasil: Exportação. Rio de Janeiro: Carteira do Comércio Exterior.
- Comissão de Valores Mobiliários – CVM (1983-1995a). Demonstrações Financeiras Padronizadas ('DFP'). Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários.
- Comissão de Valores Mobiliários – CVM (1983-1995b). Informações Anuais ('IAN'). Rio de Janeiro: Comissão de Valores Mobiliários.

- Comissão de Valores Mobiliários – CVM (1996-2006a). Demonstrações Financeiras Padronizadas (‘DFP’) [online]. Disponível em [acesso: 11.2007]: <<http://www.cvm.gov.br/port/redir.asp?submenu=/port/ciasabertas/submenu.asp&submain=http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx?TipoConsult=c>>.
- Comissão de Valores Mobiliários – CVM (1996-2006b). Informações Anuais (IAN) [online]. Disponível em [acesso: 11.2007]: <<http://www.cvm.gov.br/port/redir.asp?submenu=/port/ciasabertas/submenu.asp&submain=http://cvmweb.cvm.gov.br/SWB/Sistemas/SCW/CPublica/CiaAb/FormBuscaCiaAb.aspx?TipoConsult=c>>.
- Dreyfus, Pablo, Et al. (2003a). Controle de Armas Pequenas en el Mercosur. London; Rio de Janeiro: International Alert/Viva Rio, pp. 52-53.
- Dreyfus, Pablo; Bandeira, Antônio Rangel (2006). Vencidario Bajo Observación: Un Estudio sobre las “Transferências Grises” de Armas Pequenas y munición en las fronteras de Brasil con Paraguay, Bolívia, Uruguay y Argentina. Documento de Trabajo 2. Rio de Janeiro: Viva Rio, pp. 13-15.
- Dreyfus, Pablo; de Sousa Nascimento, Marcelo (2005). Posse de Armas de Fogo no Brasil: Mapeamento das armas e seus proprietários. In Fernandes, Rubem César, Coord. Brasil: As Armas e as Vítimas. Rio de Janeiro: 7 Letras/ISER, pp. 126-196.
- Dreyfus, P.; Lessing, B. (2003b). Production and Exports of Small Arms and Light Weapons and Ammunition in South America and Mexico. Rio de Janeiro: Small Arms Survey.
- Dreyfus, Pablo; Lessing, Benjamin; Purcena, Júlio Cesar (2008). The Brazilian small arms industry: legal production and trade. Geneva: Small Arms Survey.
- En la Mira (2008). An evaluation of the balance of trade: Exports and imports of small arms and light weapons, parts and ammunition in Latin America and the Caribbean, 2000-2006 [online]. The Latin American Small Arms Watch, n.º 23, Year 3.
- Franko-Jones, Patrice (1992). The Brazilian Defense Industry. Boulder: Westview Press.
- Evans Pim, Joám, Coord. (2007). Defense and Development: A Brazilian Case Study. Strategic Evaluation: International Journal on Defense and Conflict Analysis, n.º 1.
- Indústria de Material Bélico do Brasil – IMBEL (2008). Demonstrações Financeiras 2007 [online]. Disponível em [acesso: 09.2008]: <<http://www.imbel.gov.br/>>.
- Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico - IBGE (1996-2005a). Pesquisa Industrial: Empresa [online]. Disponível em [acesso: 12.2007]: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Industrias_Extrativas_e_de_Transformacao/Pesquisa_Industrial_Anuual/Empresa2005/1996_2005_Pia_Empresa.zip>.
- Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico - IBGE (2007). Classificação Nacional de Atividades Econômicas [online]. Disponível em [acesso: 12.2007]: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/classificacoes/cnae2.0/cnae2.0.pdf>>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2007). Ipeadata [online].
- ISER (2006). Referendo do Sim ao Não: uma experiência da democracia brasileira. Comunicações do ISER, n.º 2.
- Maldifassi, José O.; Abetti, Pier A. (1994). Defense Industries in Latin American Countries: Argentina, Brazil and Chile. Westport: Praeger, p.28.
- Penteado, Gilmar (2008). Taurus, do setor de armas, lucra agora com capacetes [online]. Folha On-line. Disponível em [acesso: 03.2008]: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u384452.shtml>>.

- Phebo, Luciana (2005). Impacto da arma de fogo na saúde da população do Brasil. In Fernandes, Rubem César, Coord. Brasil: as armas e as vítimas, Rio de Janeiro: 7 Letras/ISER, pp. 9-36.
- Proença Junior, Domicio (1993). Indústria Bélica Brasileira: Ensaio. Rio de Janeiro: Grupo de Estudos Estratégicos/Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ.
- Purcena, Júlio Cesar (2006). A way out for the Brasileira industry of armas de fogo? A brief analysis of the investment of Forjas Taurus in non-lethal products. En la mira – The Latin American Small Arms Watch, n.º 3, Year 1.
- Purcena, Júlio Cesar (2008). The small arms Brazilian industry: In spite of it all, everything is going well. En la mira – The Latin American Small Arms Watch, n.º 18.
- Schwan-Baird, David (1997). Ideas and Armaments: Military Ideologies in the Making of Brazil's Arms Industries. New York: University Press of America.
- Secretaria Brasileira de Comércio Exterior – SECEX (1989-2007). Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior ('Aliceweb') [online]. Disponível em [acesso: 03.2008]: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br/>>.
- Small Arms Survey (2006). Small Arms Survey 2006: Unfinished Business. Oxford: Oxford University Press.
- Small Arms Survey (2007). Small Arms Survey 2007. Cambridge: Cambridge UP.
- United States Bureau of Economic Analysis (BEA). 2008. National Income and Product Accounts Table [online]. Disponível em:
- Weber, Demétrio; Dutra, Marcelo (2008). Desarmamento: 464 mil armas recolhidas. O Globo, 31 de janeiro, pp. 8.

Notas

[*]. Publicado originalmente em ***asteriskos** (2009), *Revista de Estudos Internacionais e da Paz*, 7/8: 55-88, Corunha, Galiza.

[1]. Dados do Distrito Federal atualizados com informações recebidas pela Subcomissão de Controle de Armas de Fogo da Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados. Dados sobre taxas de homicídios PAF: - DATASUS/Ministério da Saúde Pública do Brasil.

[2]. Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). 2008. Companhias Abertas: Fato Relevante. São Paulo: BOVESPA. Acesso em setembro 2008.

www.bovespa.com.br/Empresas/InformacoesEmpresas/FormConsultaDetalhePlantaoNot.asp?Data=17/09/2008&Sequencia=4>

[3]. Informação disponível em <http://www.cvm.gov.br/dados/LaudEditOpa/RJ-2007-02052/20071003_EDITAL_DE_OFERTA_PUBLICA.doc>

[4]. Veja <<http://www.southamerica.com.br/eng/princ.html>>

[5]. Informação disponível em <http://www.cvm.gov.br/dados/LaudEditOpa/RJ-2002-03454/20020724_EDITAL_DE_OFERTA_PUBLICA.PDF>

[6]. Veja: <http://www.eramantino.com.br/>

[7]. A CNAE é sistema de classificação de atividades econômicas que está padronizada segundo normas internacionais. Sendo assim, a CNAE é a versão brasileira da International Standard Industrial Classification – ISIC, adotada pela ONU em 1948 (IBGE, 2007). A versão CNAE 1.0 está disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br/>>

[8]. Nesse trabalho, consideramos as seguintes categorias do Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias da Organização Mundial das Alfândegas – SH: 9301.00 (até 2001)

e 9301.90 (a partir de 2002) –armas de fogo militares (fuzis, metralhadoras, submetralhadoras e espingardas militares); 9302.00 – pistolas e revólveres; 9305.10 – partes e acessórios para revólveres e pistolas; 9305.21 – canos para espingardas; 9305.29 – partes e acessórios para espingardas ou rifles; 9306.21 e 9306.30 – munição para armas pequenas.

[9]. Utilizamos América Latina para se referir aos países dessa região junto com Caribe.

[10]. Para maiores informações sobre o referendo e as causas da vitória do “Não” ver ISER, 2006.

[11]. O motivo dessa alíquota de exportação foi prevenir a exportação de armas brasileiras para áreas ou países onde houvesse o risco de desvio para o crime/ou locais de conflito. Argentina e Chile eram isentos porque eles possuíam leis e medidas severas de controle de armas. O Chile e o Equador são os únicos países latinoamericanos que não possuem fronteiras com o Brasil. Entretanto, a medida foi direcionada especificamente para o Paraguai, o qual durante os anos 90 foi o segundo maior importador (depois dos EUA) de armas pequenas brasileiras. Disponível em: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Câmara de Comércio Exterior, Resolução N° 17, de 6 de Junho de 2001, [http://www. Desenvolvimento.gov.br/arquivo/legislacao/rescamex/2001/rescamex017.pdf](http://www.Desenvolvimento.gov.br/arquivo/legislacao/rescamex/2001/rescamex017.pdf); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Secretaria de Comercio Exterior, Consolidação das Portarias SECEX (Exportação), Portaria N° 15 de 17 de novembro de 2004 (com as alterações promovidas até a Portaria Secex n° 39 /2005), Anexo “C” Exportação de Produtos Sujeitos a Procedimentos Especiais, <http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/secex/conproexportacao/consolidacao.pdf>; Ministério da Justiça, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, 126° Reunião Ordinária do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, p. 4, <http://www.mj.gov.br/sedh/cddph/pdf/ATA%20%20126.pdf>; “Comércio de Armas”, *Jornal da Segurança*, <http://www.jseg.net/notas77.htm>. Dreyfus, Lessing and Purcena, op.cit., pp.103-105. A informação também é baseada em entrevistas com donos de lojas de armas em Melo e Rivera (Uruguai) e Assunção (Paraguai).